

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.267 - PA  
(2018/0299501-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : RONALDO PAULA DOS ANJOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**DECISÃO**

**RONALDO PAULA DOS ANJOS** agrava de decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Pará** na Apelação n. 0045241-36.2015.814.0024.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado à pena de 11 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, em regime fechado, mais 120 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do CP.

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação defensiva, a fim de diminuir a reprimenda para 9 anos e 4 meses de reclusão mais 23 dias-multa.

Nas razões do recurso especial, alega a defesa que o acórdão recorrido violou o art. 59 do CP, ao argumento de que a vetorial culpabilidade foi considerada desfavorável mediante fundamentação inidônea.

**Requer seja fixada no mínimo legal a pena-base.**

Não admitido o recurso especial na origem e interposto o recurso de agravo, o Ministério Público Federal opinou pelo seu não provimento.

**Decido.**

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada.

A sentença realizou os cálculos, na primeira fase da dosimetria, nestes termos:

**A vítima Fernando Silva da Silva, disse que um**

**indivíduo iniciou conversa sobre um desacerto de uma venda de tijolos, então comunicou sua patroa, ato continuo recebeu voz de assalto, sendo levado uma quantia em dinheiro, seu aparelho celular e o de sua patroa, o mesmo acabou não vendo os Acusados, sendo incapaz de reconhecê-los, esclareceu que não olhou se algum dos réus tirou capacete eis que estava sob a mira de uma arma e obedecia às ordens de permanecer sem olhar para os assaltantes.**

[...]

Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que **a culpabilidade do réu é elevada, na medida em que, o crime foi previamente arquitetado, e o réu mostrou-se calmo e ágil em sua ação, sendo que ele e seu comparsa determinavam a todo tempo que não os olhassem no intuito de dificultar o futuro reconhecimento, de tal modo evidente a sua premeditação a qual traduz uma maior reprovabilidade da conduta.** O réu não possui antecedentes criminais que possam ser considerados nessa fase para fins de exasperação da pena, salientando que possui apenas uma condenação de modo que para evitar o 'bis in idem' será ela valorada apenas na segunda etapa da dosimetria. Sua conduta social não foi aferida no curso do processo, sendo, portanto, circunstância neutra. A "personalidade é negativa, vez que o Autuado demonstrou frieza e agressividade extremadas no cometimento do delito, mostrando-se calmo e objetivo, ameaçando a todo momento as pessoas durante toda empreitada criminoso. O motivo do crime é o lucro fácil, inerente a este tipo penal, e por isso considerado neutro. As Circunstâncias são graves, vez que em plena luz do dia praticaram o assalto, tornando reféns as vítimas e o caseiro, utilizando ainda de dissimulação para ingressarem no imóvel, com o falso pretexto de resolverem uma questão relacionada a venda de tijolos, entretanto esta circunstância é neste momento neutra, pois será levada em consideração como agravante. As consequências também são perniciosas, isto porque o produto não foi recuperado, somando-se ainda o trauma psicológico experimentado pela vítima, que mudou de residência e deixou de sair de casa, prejuízo emocional que perdura até os dias atuais. O comportamento da vítima em nada concorreu para o crime, assim tal moduladora deve ser considerada neutra consoante teor

da Súmula 18 do Egrégio TJPA. Diante disso, **existindo 03 circunstâncias negativas, fixo a pena base acima de seu mínimo legal em 06 (seis) anos e 03 (três) meses de reclusão e 70 (setenta) dias multa.**  
(fls. 92-96, grifei)

O acórdão recorrido asseriu o seguinte:

Fixadas as premissas mencionadas nos itens anteriores, sob o influxo do efeito devolutivo da sentença e do princípio da proibição da *reformatio in pejus*, com base no artigo 68 do Código Penal, procederei à nova dosimetria da pena privativa de liberdade.

**1ª fase:** sob o ângulo das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Repressivo pátrio, cumpre estipular a pena-base necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

**Quanto à culpabilidade, à vista dos elementos disponíveis nos autos, desbordou do grau de censurabilidade comum ao tipo penal, conforme fundamentação constante no decreto condenatório. Desse modo, tal circunstância judicial merece valoração negativa.**

A condenação mencionada em sentença (0000976-51.2012.814.0024) foi utilizada para agravar a pena na 2ª fase da dosimetria. Desse modo, a circunstância judicial referente aos antecedentes criminais merece valoração neutra.

A conduta social do apelante merece valoração neutra por não existir nos autos elementos concretos para a análise de tal circunstância.

A personalidade do agente merece valoração neutra, pois não existem nos autos elementos para respaldar tal análise.

Tangente aos motivos do crime, não extrapolam ao tipo penal testilhado, sendo imperiosa a valoração neutra da circunstância judicial epigrafada.

As circunstâncias do crime encontram-se relatadas nos autos, não extrapolando o que é comum à espécie, motivo pelo qual o vetor ora enfocado requer valoração neutra.

As consequências do crime não refogem ao que é comum ao tipo penal em comento, devendo-se proceder à valoração neutra deste vetor.

O comportamento da vítima em nada colaborou à prática do delito, razão pela qual procedo a valoração neutra

desta circunstância judicial.

**À vista das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena-base em 05 anos de reclusão e 12 (doze) dias-multa, por considerar este *quantum* suficiente para a reprovação do crime em tela.**

(fls. 177-178, destaquei)

A fixação da pena é regulada por princípios e regras constitucionais e legais previstos, respectivamente, nos arts. 5º, XLVI, da Constituição Federal, 59 e seguintes do Código Penal e 387 do Código de Processo Penal.

Todos esses dispositivos remetem o aplicador do direito à individualização da medida concreta para que, então, seja eleito o *quantum* de pena a ser aplicada ao condenado criminalmente, com vistas à prevenção e à repressão do delito perpetrado.

Assim, para chegar a uma aplicação justa da lei penal, o sentenciante, no âmbito da discricionariedade juridicamente vinculada, deve se atentar para as singularidades do caso concreto. Cumpre-lhe, na primeira etapa do procedimento trifásico, guiar-se pelas circunstâncias relacionadas no *caput* do art. 59 do Código Penal, as quais não deve se furtar de analisar individualmente: culpabilidade; antecedentes; conduta social; personalidade do agente; motivos, circunstâncias e consequências do crime; comportamento da vítima.

**Na espécie, as instâncias ordinárias ressaltaram que o crime foi premeditado e que os acusados mantiveram a vítima sob a mira de uma arma de fogo durante o fato, elementos esses denotares da maior reprovabilidade da conduta.**

Com efeito, "A premeditação é elemento considerado válido pela jurisprudência desta Corte Superior, para fins de majoração da pena-base, em relação à culpabilidade (AgRg no HC n. 439.757/MS, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 22/6/2018).

Nesse sentido:

[...]

1. Conforme disposto na decisão ora recorrida, **quanto à culpabilidade, – conduta do réu extremamente reprovável, porquanto mostrou ter uma conduta premeditada e fria** ao abordar a vítima em plena via pública e em horário de grande movimentação – **tem-se**

**que o fundamento apresentado é idôneo, pois houve a apresentação de elementos atinentes ao caso em concreto aptos a justificar a negação de tal circunstância.**

2. Para fins de individualização da pena, a culpabilidade deve ser compreendida como juízo de reprovabilidade da conduta, ou seja, a maior ou menor censura do comportamento do réu, não se tratando de verificação da ocorrência dos elementos da culpabilidade para que se possa concluir pela prática ou não de delito. No caso dos autos, **a premeditação do crime permite, a toda evidência, a majoração da pena-base a título de culpabilidade, pois demonstra o dolo intenso e o maior grau de censura a ensejar resposta penal superior** (HC n. 413.618/AP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 3/9/2018).

3. A culpabilidade foi corretamente avaliada como desfavorável, isso porque a jurisprudência desta Corte é pacífica em afirmar que "a premeditação e o preparo do crime são fundamentos válidos a exasperar a pena-base, especialmente no que diz respeito à circunstância da culpabilidade (HC n. 413.372/MS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 15/2/2018) – (AgRg no AREsp n. 1.279.221/SC, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 15/8/2018).

4. Válida a fundamentação empregada para valorar negativamente as circunstâncias judiciais da culpabilidade e da circunstâncias do delito, a primeira considerando a realização de 6 disparos pelo autor, dos quais 4 atingiram a vítima, e a segunda considerando a execução em via pública, pondo em risco também a integridade física de terceiros (HC n. 420.344/RJ, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 14/8/2018).

5. A fixação da pena-base acima do mínimo legal, pela valoração negativa da circunstância judicial referente à culpabilidade, encontra-se devidamente fundamentada nos vários disparos efetuados em face da vítima, direcionados contra sua cabeça e seu tronco, e ainda por ter o ilícito sido praticado em via pública, durante o dia, tendo o réu agido com premeditação e frieza, demonstrando ousadia incomum para casos tais (AgInt no RHC n. 91.052/PE, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 26/2/2018).

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.753.304/PA, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª T., DJe 13/11/2018, destaquei)

Ante o esgotamento das instâncias ordinárias, como no caso, de acordo com entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE n. 964.246, sob a sistemática da repercussão geral, é possível a execução da pena depois da prolação de acórdão em segundo grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da condenação, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados.

À vista do exposto, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Por fim, determino o envio de cópia dos autos ao Juízo da condenação para imediata execução da pena caso o agente não a esteja cumprindo atualmente.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator